



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

## **PROGRAMA DO CONCURSO**

**Concurso Publico com Publicação no Jornal Oficial da União Europeia n.º PR 2025210/186**

Aquisição de serviços de fornecimento de refeições e serviço de bar para as unidades orgânicas da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo e Serviços Centrais do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.), para o período de 01 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2026



## **PROGRAMA DE CONCURSO**

### **SECÇÃO I**

#### **Disposições Gerais**

##### **Artigo 1º**

##### **Objeto do concurso**

O presente concurso tem por objeto a aquisição de serviços de fornecimento de refeições e serviço de bar para as unidades orgânicas da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo e Serviços Centrais do Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, para o período de 15 meses, de acordo com os Termos de Referência descritos na parte II do Caderno de Encargos, sendo adotado o procedimento de Concurso Público com Publicação no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado por CCP.

##### **Artigo 2º**

##### **Entidade pública contraente**

A entidade pública contratante é o Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, sito na Rua de Xabregas, n.º 52 – 1949-003 Lisboa, com o número de telefone 21 580 30 00, fax 21 580 36 17 e com o endereço eletrónico [pg-af@iefp.pt](mailto:pg-af@iefp.pt).

##### **Artigo 3º**

##### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo do IEFP, IP de n.º I/DLBI/901/2025/NACD de 16/05/2025, exarada na Proposta de Decisão de Contratar de N.º 186/2025, no uso da competência da entidade adquirente para autorização de despesa, nos termos do disposto no artigo 36º do CCP, conjugado com o artigo 38º da Lei Quadro dos Institutos Públicos (Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro)

##### **Artigo 4º**

##### **Concorrentes**

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55º do CCP, na sua atual redação.



**Artigo 5º**  
**Agrupamentos**

1. Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica prevista no programa do procedimento.

**Artigo 6º**  
**Critério de adjudicação**

1. A Adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa de acordo com a modalidade de avaliação do mais baixo preço, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74º do CCP, tendo em conta o preço da refeição apresentado.
2. A aplicação do critério de adjudicação definido no número anterior, implica o cumprimento obrigatório dos seguintes requisitos:
  - a) Apresentação de plano de Ementas para 12 semanas, que deve seguir a minuta que constitui o Anexo II do Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante;
  - b) Os custos alimentares e custos não alimentares relevantes;
  - c) Quadro de Pessoal, de acordo com o estipulado no artigo 35º do Caderno de Encargos;
  - d) Os encargos diretos obrigatórios de acordo com as categorias profissionais postas a concurso, estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho (C.C.T.) em vigor à data da apresentação de propostas para este sector: vencimentos, subsídios de Férias e Natal, substituição em férias, respetiva taxa social única e alimentação do pessoal.
  - e) Apresentação da tabela de preços de bar (anexo VI).
3. Em caso de empate na classificação das propostas, a adjudicação será efetuada de acordo com os seguintes critérios de desempate, pela seguinte ordem:
  - 1º Critério – será privilegiada a proposta que apresente o menor valor médio dos custos dos produtos de bar.
  - 2º Critério – será privilegiada a proposta que apresente o menor valor dos custos alimentares.
  - 3º Critério - será privilegiada a proposta que apresente a menor repetição de pratos em 12 semanas.



- 4º Critério - Sorteio.

Os concorrentes serão notificados do dia, hora e local da realização do sorteio através da plataforma eletrónica de contratação, para, querendo, se fazerem representar, devendo os representantes apresentar-se munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar o concorrente, emitida por quem tem poderes para obrigar.

A presença no sorteio não é obrigatória e a eventual ausência não inviabiliza a realização do sorteio e o seu resultado, nem prejudica qualquer concorrente.

Terminado o sorteio, será lavrada ata pelo júri do procedimento com a ordenação final dos concorrentes, que será anexada e parte integrante do relatório final.

### **Artigo 7º**

#### **Condições de pagamento**

##### **1 – Encargos com a refeição:**

- a) Refeições respeitantes a formandos: serão pagas mensalmente pelo IEFP.
- b) Refeições respeitantes a não formandos: serão pagas pelos próprios até ao limite fixado anualmente por portaria para a refeição-tipo a fornecer nos refeitórios e Organismos da Administração Pública destinados a agentes e funcionários:

### **SECÇÃO II**

#### **Propostas**

### **Artigo 8º**

#### **Condições de Participação**

1. A participação no concurso depende da prévia inscrição no procedimento “Concurso Público nº PR2025210/186” a ser efetuado através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

### **Artigo 9º**

#### **Documentos da proposta**

1. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) eletrónico. Deverá ser utilizado o ficheiro de nome espd-request.xml, disponibilizado em plataforma, o qual deverá ser devidamente preenchido e assinado, depois de carregado através do seguinte *link* <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome> - DEUCP - do Programa de Concurso.





2. Poderão ser consultadas as questões pertinentes, relativamente a esta questão, através do *link* a seguir indicado: [http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/FAQ\\_DEUCP.pdf](http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/FAQ_DEUCP.pdf).
3. Qualquer dúvida relacionada com a utilização do DEUCP deve ser dirigida a [espd@impic.pt](mailto:espd@impic.pt).

#### Artigo 10º

##### Prazo da entrega da proposta eletrónica

1. A data limite de entrega das propostas é de 32 dias e termina às 17:00h, a contar da data de envio para publicação em Diário da República.
2. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica.
3. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, de acordo com o artigo 54º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

#### Artigo 11º

##### Assinatura eletrónica

1. Os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas devem ser **assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada**.
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança.
3. Todos os documentos identificados no ponto 2 do artigo 12.º do presente documento são obrigatoriamente assinados individualmente pelo concorrente ou representante com poderes para o obrigar nos termos do nº 4 do artigo 57º do CCP, com recurso à assinatura eletrónica qualificada.
4. No caso de os documentos da proposta serem apresentados através de uma pasta zipada (tipo ZIP ou RAR), todos os documentos contidos nessa mesma pasta *zipada*, deverão estar individualmente assinados eletronicamente mediante a utilização de um certificado de assinatura digital qualificada
5. No caso de agrupamento de concorrentes, as propostas deverão ser assinadas eletronicamente por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes ou pelo representante comum.
6. Nos casos em que o certificado utilizado **não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura** como sucede, por exemplo, com o cartão de cidadão, **deverá ser apresentado um documento oficial indicando o poder de representação do signatário**, que poderá ser a **certidão de registo comercial** ou uma **procuração que confira os poderes necessários para os atos praticados ou a praticar**.

#### Artigo 12º

##### Órgão Competente para Prestar Esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do concurso.



2. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimentos e no mesmo prazo devem apresentar a lista de erros e omissões por si detetados, através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos são prestados, pelo mesmo meio previsto no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. Os erros e omissões ao caderno de encargos, detetados, devem ser objeto de análise pelo órgão competente para a decisão de contratar, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 50º do CCP.
5. Podem ser efetuadas visitas técnicas às instalações, devendo ser articuladas, com uma antecedência prévia de 24h, com os interlocutores de cada uma das Unidades Orgânicas conforme Anexo I do presente programa.

### **Artigo 13º**

#### **Condições e elementos da Proposta**

- 1 – Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
- 2 - Na proposta, o concorrente deve indicar os seguintes elementos:
  - a) Referência do concurso;
  - b) Nome do concorrente;
  - c) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente Programa de Concurso, do qual faz parte integrante;
  - d) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) eletrónico, nos termos do art.º 9º do presente Programa.
  - e) Preço conforme Anexo IV;
  - f) Condições de pagamento;
  - g) Prazo de validade da proposta;
  - h) Data e assinaturas.
- 3 - Na proposta, o concorrente deve ainda apresentar os seguintes documentos:
  - a) Código de boas práticas de higiene nos termos de regulamento de Higiene de géneros alimentícios aprovado pelo Decreto-lei n.º 113/2006 de 12/06, bem como do cumprimento das questões relativas à higiene dos alimentos, de acordo com o estipulado no REGULAMENTO (CE) n.º 852/2004 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 29 de abril de 2004 relativo à higiene dos géneros alimentícios;



- b) Apresentação da metodologia para implementação da HACCP – Hazard Analysis Critical Control Point, Plano de Controlo dos Pontos Críticos.
  - c) Plano de limpeza e higienização semanal/mensal e trimestral;
- 4 – A proposta elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo III do presente Programa de Concurso, deve ser redigida em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas.
- 5 - Os encargos com o pessoal afeto ao refeitório deverão estar refletidos no preço unitário da refeição.
- 6 - Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da mesma.
- 7 - Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, sobre os indicados em algarismos.
- 8 - Os preços constantes na proposta são indicados em algarismos e por extenso e não incluem IVA.
- 9 - Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 10 - A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
- 11 - Declaração referida na alínea c) do n.º 2, do presente artigo, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- 12 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea c) do n.º 2, do presente artigo, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 13 - Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

#### **Artigo 14º**

##### **Formulação de preços**

1 – Na formulação do **preço da refeição**, o concorrente deverá ter em conta:

- a) **Tipo de refeições**, de acordo com a Ementa apresentada para 12 semanas, conforme minuta tipo do Anexo II do Caderno de Encargos;
- b) O disposto na **Tabela de Capitações e Especificações**, constantes no Anexo III do Caderno de Encargos em cumprimento do disposto na portaria fixada para o fornecimento de refeições nos refeitórios e Organismos da Administração Pública destinados a agentes e funcionários:



- c) Os **encargos obrigatórios mensais com pessoal**, de acordo com o quadro de pessoal definido e as respetivas categorias do Contrato Coletivo de Trabalho (C.C.T.);
- d) Todos os **custos associados à matéria-prima com a refeição** (custos alimentares e não alimentares);
- e) **Outros Custos** a considerar, nomeadamente transporte de alimentos, caso aplicável.

#### **Artigo 15º**

##### **Apresentação de Propostas Variantes**

- 1 - Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
- 2 - Não é admitida a apresentação de propostas com alterações ao Caderno de Encargos do Concurso.

#### **Artigo 16º**

##### **Prazo de Manutenção das Propostas**

O Concorrente fica obrigado a manter a proposta durante um período de 90 dias contados da data-limite para a sua entrega, não prorrogáveis.

### **SECÇÃO III**

#### **ANÁLISE DE PROPOSTAS**

##### **Artigo 17º**

##### **Análise de Propostas**

- 1. As propostas são analisadas conforme critério de adjudicação definição no artigo 6º do presente programa.
- 2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
  - a. Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto do artigo 13.º e 14º, do presente Programa de Concurso;
  - b. Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do CCP;
  - c. A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
  - d. Que o preço contratual seria superior ao preço base, nos casos em que é fixado um preço base, definido nos termos do art.º 47º do CCP;
  - e. Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do artigo 71º do CCP;



- f. Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g. A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.
- h. Que não cumpram os requisitos definidos no n.º 2 do artigo 6º do presente programa de concurso.

3.A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto nas alíneas e) e g) do número anterior será imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência.

### **Artigo 18º**

#### **Esclarecimentos sobre as Propostas**

- 1. O júri pode solicitar, nos termos do artigo 72º do CCP, quaisquer esclarecimentos à proposta apresentada que considere necessários para efeito de análise e da avaliação da mesma.
- 2. O júri deve solicitar ao concorrente que proceda ao suprimento de irregularidades da sua proposta causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, assim como a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos à data de apresentação da proposta, num prazo de 5 (cinco) dias úteis, não podendo tal facto, afetar a concorrência e a igualdade de tratamento.
- 3. O júri pode proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos na proposta, desde que seja evidente a existência de erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- 4. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo do art.º 72º do CCP.
- 5. Os esclarecimentos referidos no número 1 do presente artigo serão disponibilizados na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), sendo todos os concorrentes notificados desse facto.

### **Artigo 19º**

#### **Relatório Preliminar**

- 1. Após a análise das propostas, o Júri elabora fundamentadamente o relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação definido de acordo com o artigo 6º do presente programa de concurso.
- 2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior deve o júri também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas ao abrigo do n.º 2 do artigo 146º do CCP.
- 3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes de acordo com o artigo 18º do presente Programa de Concurso.



**Artigo 20º**  
**Audiência Prévia**

1. Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a cinco dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
2. Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso a todas as informações e comunicações escritas de qualquer natureza que tenham sido prestados, bem como às versões finais integrais das propostas apresentadas.

**Artigo 21º**  
**Relatório Final**

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual analisa as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no nº 2 do artigo 146º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

**SECÇÃO IV**

**ADJUDICAÇÃO**

**Artigo 22º**  
**Notificação da Decisão de Adjudicação**

1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificar os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, conforme artigo 16º do presente programa de concurso.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
3. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.



4. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
  - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 23º do presente programa de concurso;
  - b. Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto nos artigos 26.º a 28.º do presente programa de concurso, indicando expressamente o seu valor;
  - c. Remeter a minuta do contrato para aceitação ao adjudicatário de acordo com os artigos 29º e 30º do presente Programa de Concurso
5. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

**Artigo 23º**  
**Documentos de Habilitação**

- 1 O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 dias a contar da notificação de adjudicação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III ao presente Programa e do qual faz parte integrante;
  - b) Documentos comprovativos que não se encontrem nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do Artigo 55º do CCP, Decreto-lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação.
  - c) Cópias das apólices de seguros de acidentes de trabalho e de responsabilidade civil com os respetivos comprovativos de pagamento em vigor à data de apresentação dos documentos de habilitação.
  - d) Comprovativo do **Registo Central do Beneficiário Efetivo** com indicação do respetivo código de acesso, para cumprimento do disposto no artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
  - e) Caução (se esta for exigida)
  - f) Nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, deve o adjudicatário apresentar um **plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas**, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.
2. Se o adjudicatário estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado não tem de apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP.
3. Os documentos de habilitação devem ser entregues na plataforma eletrónica de suporte ao desenvolvimento dos procedimentos de aquisição, no sítio [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).



4. Em caso de indisponibilidade da plataforma eletrónica de suporte ao desenvolvimento dos procedimentos de aquisição, no sítio [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), os documentos de habilitação podem ser enviados para o endereço de correio eletrónico [pg-af@iefp.pt](mailto:pg-af@iefp.pt).
5. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, salvo quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, como previsto na alínea c) do n.º1 do artigo 86.º do CCP.
6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
7. Caso se verifique a necessidade de supressão de irregularidades existentes nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, este deverá entregar novos documentos com as devidas correções, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após solicitação por parte da entidade adjudicante.
8. Quando se verificar o previsto no n.º 2 do artigo 86º do CCP, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto [caducidade da adjudicação por não entrega dos documentos de habilitação dentro do prazo estipulado no Programa de Concurso, ou por serem detetadas irregularidades nos mesmos], o adjudicatário será notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias, se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
9. Quando, em resultado da audiência prévia prevista no número anterior, se verificar que as aí situações previstas se verificaram por facto que não seja imputável ao adjudicatário, ser-lhe-á concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional para suprimir as irregularidades detetadas, sob pena de caducidade da adjudicação, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 86º do CCP, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

#### **Artigo 24º** **Caducidade da Adjudicação**

1. A adjudicação caduca se:
  - a) O adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado no programa do procedimento, sempre que tal se verifique ter ocorrido por facto que lhe seja imputável, em resultado da audiência prévia prevista no número 2 do artigo anterior;
  - b) No prazo fixado para realização da audiência prévia prevista no número 2 do presente Artigo, o concorrente nada alegue sobre as causas da não entrega dos documentos de habilitação dentro do prazo estabelecido no número 1 do presente artigo;
  - c) O adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação no prazo adicional que lhe venha a ser fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto n.º 3 do Artigo 86º do CCP, na sua atual redação.





2. O regime de caducidade previsto no número anterior aplica-se igualmente às situações previstas nos números 2 e 8 do Artigo 81º do CCP.

**Artigo 25º**  
**Causas de não Adjudicação**

1. Não há lugar a adjudicação quando:
  - a. Nenhum candidato se tenha apresentado ou nenhum concorrente tenha apresentado proposta;
  - b. Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas;
  - c. Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
  - d. Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem;
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.
3. No caso da alínea c) do n.º 1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
4. Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1, a entidade adjudicante deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.

**SECÇÃO V**

**CAUÇÕES**

**Artigo 26º**  
**Função e valor da Caução**

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada uma caução no valor de 3% do montante total do preço contratual, que o adjudicatário assume com a celebração do contrato.
2. O Adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação do ato de adjudicação, devendo comprovar essa prestação.



3. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais, pelo Adjudicatário.

#### **Artigo 27º**

##### **Liberação de Caução Prestada para Garantir Obrigações**

No prazo de 30 dias contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do adjudicatário, a entidade adjudicante promove a liberação da caução a que se refere o artigo anterior.

#### **Artigo 28º**

##### **Modos de Prestação**

1. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais deve ser prestada:
  - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos os garantidos pelo Estado;
  - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução.
2. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada no programa do procedimento, devendo ser especificado o fim a que se destina.
3. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
4. O programa do procedimento contém os modelos referentes à caução que venha a ser prestada por garantia bancária, por seguro-caução ou por depósito em dinheiro ou títulos.
5. Se a caução for prestada mediante garantia bancária, o adjudicatário deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
6. Tratando-se de seguro-caução, o programa de procedimento pode exigir a apresentação da apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.
7. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
8. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.



9. As cauções podem ser prestadas por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário e de acordo com um dos modelos constantes dos Anexos V e VI ao presente programa de concurso e que dele fazem parte integrante.

## **SECÇÃO VI**

### **CONTRATO**

#### **Artigo 29º**

##### **Aceitação da minuta do contrato**

1. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação.

#### **Artigo 30º**

##### **Reclamações contra a minuta**

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

#### **Artigo 31º**

##### **Notificação de Ajustamento ao Contrato**

Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

#### **Artigo 32º**

##### **Outorga do Contrato**

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes:
  - a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
  - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;



- c) Comprovada a prestação da caução, quando for devida, nos termos do n.º 4 do artigo 28º do presente Programa de Concurso.
- 2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário o seguinte:
  - a) No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de cinco dias;
  - b) No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

## **SECÇÃO VIII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 33º Dever de Colaboração**

- 1. O IEFP, I.P. pode solicitar, por escrito, aos concorrentes quaisquer informações complementares que julgue necessárias para efeitos do disposto nas presentes normas.
- 2. Os concorrentes devem, por escrito, fornecer as informações no prazo razoável que lhes for fixado.

#### **Artigo 34º Sigilo**

Os concorrentes, incluindo as entidades integradas num agrupamento, deverão assegurar a manutenção do sigilo em relação a todos os documentos e fatos que tomem conhecimento no âmbito e relacionados com a prestação de serviços.

#### **Artigo 35º Prazos**

Todos os prazos indicados no presente programa cumprem o disposto no artigo 470º do CCP.

#### **Artigo 36º Encargos**

Constituem encargos do concorrente o pagamento de todas as despesas inerentes à elaboração do objeto do presente concurso e do adjudicatário a relativas à celebração do contrato.

#### **Artigo 37º Legislação Aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se o regime previsto no CCP.



ANEXO I

Instalações e Interlocutores

U.O.	Instalações	Morada	Interlocutor	Contacto
Serviços Centrais	Serviços Centrais	Rua de Xabregas, 52 - 1949-003 Lisboa	Alexandrina Louro	215803000
U.O.	Instalações	Morada	Interlocutor	Contacto
510 - Delegação de Lisboa	Serviços de Coordenação	Rua das Picoas, 14, 1069-003 LISBOA	Claudia Correia	215802070
551 - CEFP Vila Franca de Xira	Serviço de Formação Profissional Alverca	Av. Infante D. Pedro, 2615-151 Alverca	Jorge Ramalho	215802920
552 - CEFP Lisboa	Serviço de Formação Profissional de Lisboa	Rua dos Lusíadas, n.º 1, 1300-364 Lisboa	José Pedro Campos	215802230
553 - CEFP Santarém	Serviço de Formação Profissional de Santarém	Quinta do Mocho - Zona Industrial, EN 114, 2005-002 Várzea STR	Carla Martins	243152800
554 - CEFP Seixal	Serviço de Formação Profissional do Seixal	Rua infante D. Augusto - Cruz de Pau, 2845-115 Amora	Hugo Morgado	215802670
555 - CEFP Tomar	Serviço de Formação Profissional Tomar	Rua Prof Gomes Correia - Marmelai de Baixo, 2300-422 Tomar	Sonia Godinho	249146850
556 - CEFP Sintra	Serviço de Formação Profissional Sintra	Quinta da Bela Vista - Ranholas, 2710-460 Sintra	Carlos Costa	215802770
561 - CFR Setúbal	Serviço de Formação Profissional Setúbal	Rua António Batista, 86, 2910-397 Setúbal	Maria da Visitação Martins	265146800
571 - CRP Alcoitão	Serviço de Formação e Reabilitação Profissional de Alcoitão	Rua Conde Barão, 317. 2645-109 Alcabideche	Susana Rebocho	215802870
581 - CEFP Amadora	Serviço de Formação Profissional da Amadora	Rua Latino Coelho 10, Venda Nova, 2704-503 Amadora	Ana Margarida Vicente	215802360
		Av. D. Nuno Álvares Pereira 1-A, 2700-253 Amadora		215802360
		Rua das Indústrias, n.º 27 B/C, 2704-504 Amadora		215802360



## Anexo II

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [1]... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa] e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada [2] se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo [3]:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... [local],... [data],... [assinatura [4]].

[1] Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

[2] No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

[3] Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

[4] Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



### Anexo III

#### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1)... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... [local],... [data],... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



#### ANEXO IV

#### MODELO DE PROPOSTA

F \_\_\_\_\_ [firma e sede ou nome e morada]<sup>1</sup>, representado(a) pelo seu gerente/administrador/procurador/representante comum \_\_\_\_\_ [nome, estado civil, naturalidade e morada], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo ao CONCURSO PÚBLICO nº. PR2025210 \_\_\_\_\_, que tem por objeto a aquisição de serviços de fornecimento de refeições e serviço de bar para as unidades orgânicas da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo e Serviços Centrais do Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, para o período de 15 meses, em conformidade com os termos e condições previstas no caderno de encargos, ementas definidas para 12 semanas, pelos seguintes preços, que não incluem o imposto sobre o valor acrescentado:

- Preço Unitário de refeição Completa de \_\_\_\_ € (por extenso e por algarismos):
  - Custos alimentares \_\_\_\_ € (por extenso e por algarismos);
  - Custos não alimentares \_\_\_\_ € (por extenso e por algarismos);
- Preço Unitário de refeição em regime de Miniprato de \_\_\_\_ € (por extenso e por algarismos);
- Preço Unitário dos elementos que compõem a refeição completa (cláusula 30.ª do CE) quando adquiridos em separado:
  - a) 1 pão \_\_\_\_ € (por extenso e por algarismos);
  - b) 1 sopa \_\_\_\_ € (por extenso e por algarismos);
  - c) 1 prato principal completo com 3 acompanhamentos \_\_\_\_ € (por extenso e por algarismos);
  - d) 3 acompanhamentos quentes ou frios à escolha \_\_\_\_ € (por extenso e por algarismos);
  - e) 1 acompanhamento quente ou frio \_\_\_\_ € (por extenso e por algarismos);
  - f) 1 sobremesa \_\_\_\_ € (por extenso e por algarismos);

A estes valores acrescerá o IVA à taxa legal de \_\_\_\_%

As condições de pagamento dos valores acima referidos são as seguintes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





Declara ainda que se obriga a manter a sua Proposta pelo período de 120 dias a contar da data limite para a sua entrega.

Declara que o prazo necessário ao início da prestação de serviços é de \_\_\_\_\_ dias.

Mais declara que cumprimos a aplicação dos encargos referidos na alínea d) do n.º 2 do art.º 6 do programa de concurso.

Lisboa, .....de .....de 2025

Assinatura(s) .....



**Tabela de Produtos de bar (em anexo)**

**ANEXO V**



= MODELO A =

## GUIA DE DEPÓSITO

Eur.: \_\_, \_€

Vai ..... **(1)** ....., residente (ou com escritório) em ....., na ..... depositar no (a) ..... (sede, filial, agência ou delegação) do Banco ....., a quantia de Eur. ....,€ (por extenso)..... (em dinheiro ou representada por)..... como caução exigida para o **Concurso Público n.º 2025210/EE..** para a aquisição de serviços de fornecimento de refeições e serviço de bar para as unidades orgânicas da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo e Serviços Centrais do Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, para o período de 15 meses, para efeitos do n.º 3 e 4 do artigo 90.º do CCP. Este depósito fica à ordem do Instituto do Emprego e Formação Profissional, a quem deve ser remetido o respetivo documento.

Lisboa, .... de ..... de 2025

Assinatura

.....

Identificação do Adjudicatário



**ANEXO VI**



**= MODELO B =**

Modelo de garantia bancária/seguro – caução para garantia das obrigações do adjudicatário (artigo 88º e 89 do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro)

**Garantia bancária/seguro caução nº...**

O .....<sup>1</sup>, pessoa coletiva número ..... com sede em ..... matriculado/a na Conservatória de Registo Comercial de ..... sob o número ..... com o capital social de ..... € (valor por extenso), e sede na ..... vem, por este meio e a pedido de .....<sup>2</sup>, pessoa coletiva número ..... matriculada na Conservatória do Registo comercial de ..... sob o número ..... com o capital social de ..... € (valor por extenso), e sede na ..... , adiante designada por Cliente, prestar de forma irrevogável e incondicional ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, pessoa Coletiva número 501442600, com sede na ..... adiante designada por Beneficiária, uma garantia Bancária/seguro-caução<sup>3</sup> no montante de .....€ (valor por extenso), à primeira solicitação, nos termos seguintes :

1. A presente garantia destina-se a caucionar o bom e regular cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Cliente de fornecimentos de prestação de serviços feitos à Beneficiária, por força da adjudicação de .....<sup>5</sup> ao abrigo do procedimento por Concurso Publico 2025210/ ..
2. A presente garantia corresponde a 3% do valor total da adjudicação, excluído o IVA, acima mencionada.
3. Em particular, o Banco/Companhia de Seguros<sup>6</sup> obriga-se a pagar à Beneficiária, mediante simples interpelação escrita desta, enviada por carta registada com aviso de receção ou por fax, toda e qualquer quantia que lhe seja devida pela Cliente até ao valor acima referido.
4. Em particular, o Banco/Companhia de Seguros<sup>6</sup> obriga-se a pagar perante a Beneficiária, principal pagador de todas as quantias que possam ser devidas ao abrigo da presente garantia e declara renunciar a todos os meios de defesa próprios ou que possam competir à Cliente e que, de algum modo, possam obstar à execução desta garantia.



5. O Banco/Companhia de Seguros<sup>6</sup> não poderá recusar, sob qualquer alegação, o pagamento de qualquer quantia reclamada pela Beneficiária ao abrigo desta garantia, designadamente, o Banco/Companhia de Seguros<sup>6</sup> não poderá alegar não se encontrar demonstrado o incumprimento total ou parcial da Cliente. Os pagamentos deverão, assim, ser efetuados pelo Banco/Companhia de Seguros<sup>6</sup> sem qualquer reserva, restrição ou condição, devendo tão só os Beneficiários invocar a presente garantia e indicar a quantia a pagar.
6. Qualquer pagamento a realizar ao abrigo da presente garantia deverá ser efetuado através de transferência para a conta bancária que a Beneficiária indicar para o efeito aquando da reclamação apresentada, devendo essa conta ser creditada dentro das 48 (quarenta e oito) horas que se sigam à reclamação, sem o que serão devidos pelo Banco/Companhia de Seguros<sup>6</sup> juros moratórios, até efetivo e integral pagamento, à taxa supletiva legal que estiver em vigor.
7. Todas as quantias reclamadas ao abrigo da presente garantia deverão ser pagas, líquidas de quaisquer comissões, taxas ou impostos de qualquer tipo.
8. A presente Garantia/seguro-caução<sup>7</sup> é irrevogável e é válida até comunicação pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional da extinção das obrigações contratuais assumidas.
9. Para todas as questões emergentes desta garantia será competente o Foro da Comarca de Lisboa.

Lisboa, ..... de ..... de 2025

---

<sup>1</sup> Identificação completa da instituição garante.

<sup>2</sup> Identificação completa do adjudicatário

<sup>3</sup> Eliminar o que não interessa

<sup>4</sup> Eliminar o que não interessa

<sup>5</sup> Indicar o objeto da adjudicação. Se se tratar do fornecimento de diversos bens ou serviços, indicar os de maior valor, aditado da expressão «e outros».

<sup>6</sup> Eliminar o que não interessa.

<sup>7</sup> Eliminar o que não interessa